



Artur Condé

# Página do Colégio da Especialidade de ORL da Ordem dos Médicos

## Colégio da especialidade e seu papel na dinamização do internato

### O REINÍCIO

A diferença entre a insensatez e o voluntarismo superficial é muito pequena, embora numa análise também superficial possa parecer enorme.

Tendo sido ultrapassada a chamada 1ª fase de contingência desta pandemia, com os brilhantes resultados que conhecemos e que deixou o País tão bem colocado no ranking dos países Covid 19, estamos agora a iniciar uma nova fase neste processo que irá marcar de forma indelével a vida social, política e económica deste século. Com o reinício da nossa actividade clínica, inundam-se as caixas de correio electrónico com normas, “webinares”, recomendações, sugestões, guidelines e outras tantas opiniões, de proveniências por vezes de duvidosa validade que nos aconselham, como de agora em diante, poderemos exercer a nossa profissão, protegendo-nos e aos nossos doentes, do contágio deste vírus, até que a descoberta de uma vacina milagrosa, nos possa reconduzir ao nosso passado, mas ainda muito presente e saudoso “way of life”. É o reflexo do medo e desta ansiedade colectiva que se instalou, levando cada um numa atitude muito louvável, a querer dar o seu contributo para a resolução desta crise sanitária. Temos observado vários tipos de atitude, os fundamentalistas securitários, os indiferentes que a muito custo cumprem as regras sanitárias básicas e os racionais, felizmente a grande maioria, que com sensatez, contribuíram para que este problema se não transformasse numa tragédia colectiva de proporções inimagináveis.

Quanto ao exercício da nossa profissão, sabendo-se dos riscos inerentes a esta especialidade, e os cuidados a ter no futuro ao lidarmos com os nossos doentes, não podemos facilitar aligeirando as regras de protecção,

pois o tempo e o incómodo, podem levar-nos a essa atitude, aumentando o risco de um contágio que não vai desaparecer brevemente, perdurará infelizmente por muito tempo. No entanto, temos que continuar a tratar todos os nossos doentes seguindo todos os procedimentos que neste momento consensualmente adoptamos como as melhores praticas para evitar riscos. Normas com orientações muito restritivas no que diz respeito às indicações cirúrgicas ou ao exercício de procedimentos diagnósticos no contexto desta pandemia, se parecem ter um objectivo muito meritório poderão conduzir a um afunilamento perigoso da nossa especialidade, com evidente prejuízo para o seu futuro. Também no âmbito da formação específica, que em muitos serviços foi literalmente interrompida, temos que estudar soluções para que este interregno tenha uma repercussão mínima no programa de formação dos nossos médicos internos.

Agora, o seu percurso formativo que sofreu um importante percalço, desde logo com a paragem da actividade assistencial em muitos serviços e a suspensão de estágios, cursos e congressos, terá que ser retomado. É uma nova realidade com que estamos a lidar e que teremos que considerar, encontrando soluções que permitam de uma forma justa e equitativa, colmatar este hiato, evitando a criação de situações de desigualdade entre os médicos internos da especialidade.

Cabe-nos neste momento, decidir com razoabilidade e bom senso o que fazer, para que estrategicamente não nos condicionemos na área clínica, o que a não acontecer, teria repercussões muito negativas para o futuro da nossa especialidade.

O SNS, as autarquias e a sociedade civil, deram nesta emergência sanitária uma resposta extraordinária, não isenta naturalmente de alguns problemas que são perfeitamente aceitáveis, face a magnitude desta crise sanitária, para a qual, nenhum país deste mundo estava minimamente preparado.

Os Hospitais do SNS, de um dia para o outro, foram sujeitos a uma profunda mudança na sua organização, as equipas de profissionais foram transformadas e deslocadas para outras áreas de actividade, os espaços reocupados por unidades de apoio aos doentes urgentes, os blocos operatórios encerrados e as equipas reduzidas para minimizar o perigo de contágio. Enfim, uma completa revolução, que só com o empenho, o sacrifício e a boa vontade todos os profissionais envolvidos, conseguiu o resultado que sabemos.

Esta resposta do SNS, deve orgulhar-nos, e por isso reforçar a vontade da tutela e a exigência da nossa sociedade, em preservá-lo e melhorá-lo, reforçando o seu investimento em meios humanos e materiais, pois como agora se viu, mesmo com as deficiências que conhecemos, o nosso SNS evitou a tragédia, que aconteceu noutros países economicamente mais desenvolvidos.

Tudo vai ser diferente a partir de agora, e assim sendo, os hospitais vão ter que se readaptar a esta nova realidade, não podendo continuar a trabalhar e a ser avaliados segundo os parâmetros que estavam em vigor antes desta revolução. Há pois a necessidade urgente, de realizar um estudo profundo sobre os índices de resposta e produtividade hospitalares que estão a ser utilizados na avaliação dos nossos hospitais. Não nos podemos esquecer, que irá sempre haver, o antes e o depois da pandemia COVID 19, e essa, é uma circunstancia determinante se quisermos ser sérios nesse estudo.

É indispensável que a tutela tenha em mente esta realidade, para que os hospitais do SNS não sejam prejudicados no seu financiamento, ao serem avaliados no futuro, segundo parâmetros pré pandemia que neste contexto os irão penalizar fortemente.

Se realmente existir uma vontade genuína do poder publico em preservar o SNS, agora será o tempo de a constatar.

18.05.2020  
Artur Condé